

DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO AOS AGRONEGÓCIOS: TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA ECONÔMICO-PRODUTIVA DO OESTE CATARINENSE, BRASIL (1940-1990)¹

Eduardo von Dentz

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resumo: O processo de ocupação da região Oeste catarinense iniciou nas primeiras décadas do século XX e se consolidou na segunda metade do mesmo século. Entre 1940 e 1990 inúmeras transformações ocorreram na estrutura econômico-produtiva da região, que serviram de base para a formação e consolidação das cadeias produtivas de diferentes agronegócios de origem animal e vegetal. O objetivo do artigo é investigar as características desse processo de ocupação, o papel da pequena produção mercantil e a relevância dos agronegócios na estruturação da base produtiva da região Oeste catarinense. Tem-se, como combinações desse processo, a gênese do processo de ocupação acompanhada pelo desenvolvimento da pequena produção mercantil. Com isso, ocorreu a prática de relações comerciais locais, que mais tarde evoluiu para relações comerciais regional, nacional e internacional. O papel do progresso técnico e dos recursos despendidos pelo Estado foram fundamentais para o desenvolvimento da estrutura produtiva regional.

Palavras-chave: Processo de ocupação; Agronegócios; Estrutura produtiva; Oeste catarinense.

INTRODUÇÃO

A base produtiva da economia catarinense passou por intenso processo de diversificação e ampliação entre 1940 e 1990 (GOULARTI FILHO, 2016). No Oeste do estado, recorte regional desse artigo (Mapa 01), a agricultura começou a se industrializar, passando de um complexo agrocomercial, nas décadas de 1940 e 1950, para um complexo agroindustrial, dos anos 1970 em diante. O referido período, 1940-1990, compreende uma fase de consolidação da base produtiva e de transição, na qual apresentam-se traços do padrão de crescimento derivado e baseado na pequena produção mercantil. Ao mesmo tempo, após 1960, começaram a surgir elementos de um padrão novo, calcado no médio e grande capital industrial, que se reproduz e se torna pujante na região. Neste sentido, quais foram as principais transformações da estrutura econômico-produtiva da região Oeste catarinense desde o seu período de ocupação até a década de 1990?

Von Dentz (2019) aponta alguns argumentos sobre as transformações econômico-produtivas ocorridas na região em estudo, direcionam para um processo que foi do complexo rural ao complexo agroindustrial. Basicamente, esse processo consistiu na constituição da pequena produção mercantil na região (gênese do processo de ocupação), que primeiro esteve baseada num comércio vizinhal-local-regional, e posteriormente evoluiu para a transformação dos produtos na indústria, a qual passou a atender um mercado regional-nacional-internacional (já desenvolvido no final dos anos 1980). Tal processo não foi simples como pode parecer. É neste sentido que o presente texto tem por objetivo investigar o processo de ocupação, a pequena produção mercantil e a origem e relevância dos agronegócios² [e suas metamorfoses] na estruturação da base

¹ Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo financiamento da pesquisa.

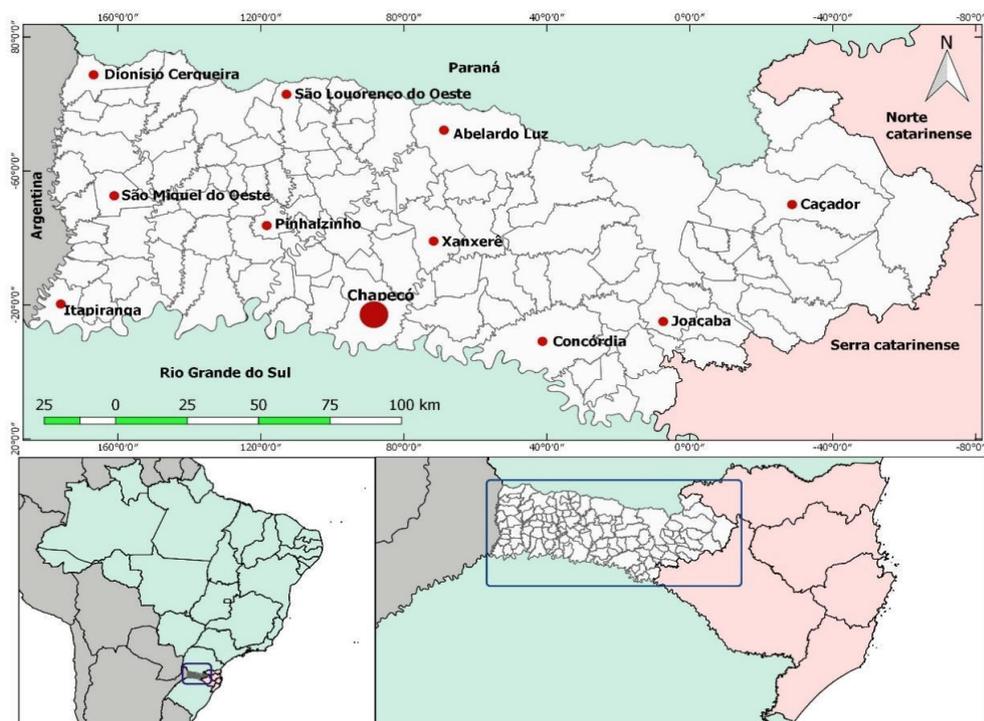
² Define-se agronegócio como uma cadeia produtiva “que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e pelo seu consumo final” (CONTINI

produtiva da região Oeste catarinense (Mapa 01). Para isso, metodologicamente, este artigo foi construído a partir de quatro passos: primeiro, levantamento bibliográfico; segundo, levantamento de alguns dados sobre a estrutura econômico-produtiva regional; terceiro, organização e tratamento desses dados; e quarto, análise da bibliografia e dos dados levantados, bem como seu confronto visando tecer os argumentos para a investigação do processo de ocupação da região Oeste catarinense (Mapa 01) até as transformações da estrutura econômico-produtiva nos anos 1990.

Para alcançar o objetivo principal do texto, dividiu-se o mesmo em três partes, além dessa introdução, a saber: 1) a gênese do processo de ocupação e a pequena produção mercantil na região; 2) a origem e relevância dos agronegócios na estruturação da base produtiva regional; 3) algumas considerações finais.

Fonte:

Base



cartográfica do IBGE

Mapa 01: Localização geográfica da mesorregião Oeste catarinense, divisão municipal e principais cidades

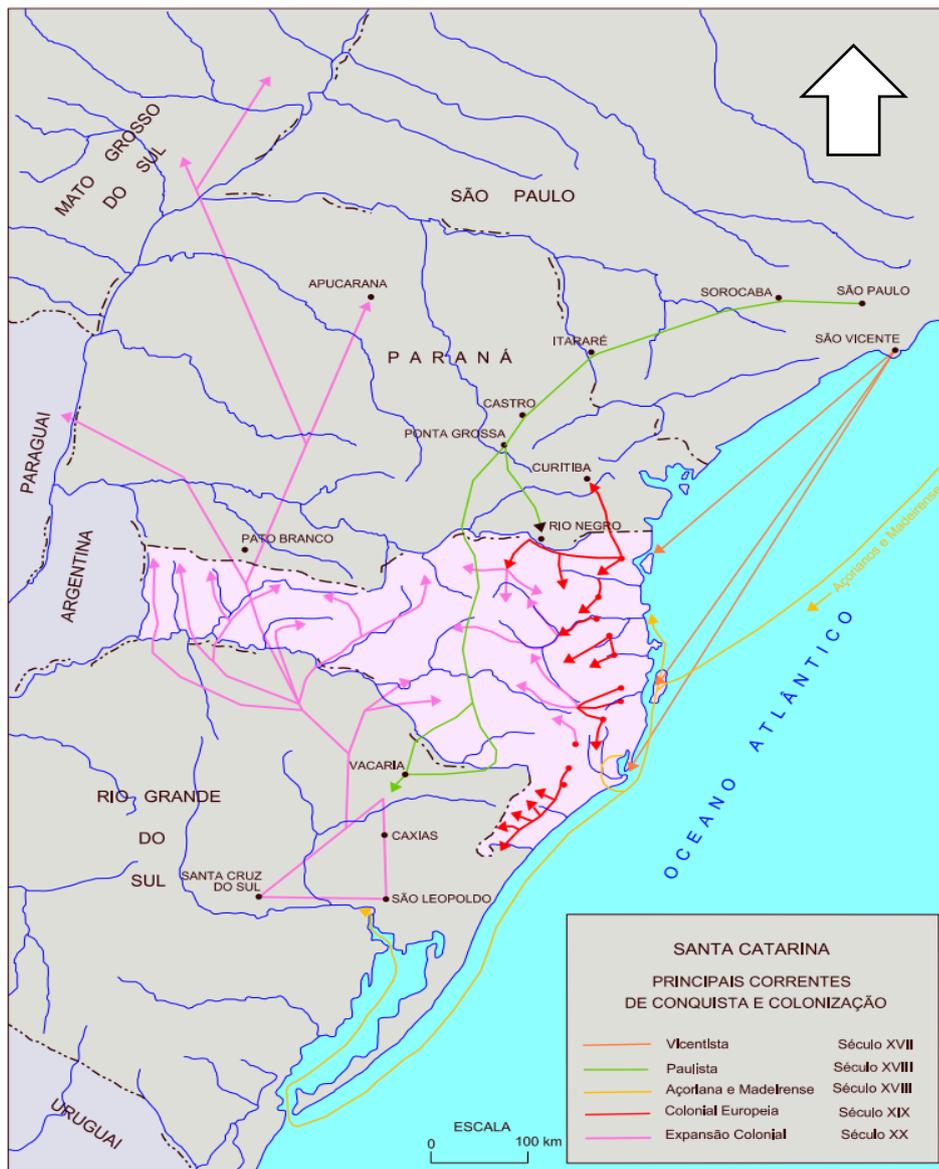
GÊNESE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL

Para aperfeiçoar a leitura da dinâmica geoeconômica da região Oeste catarinense é importante apontar as diferentes etapas de ocupação do território estadual. Conforme definiu

et al., 2006, p. 6). Didaticamente, o agronegócio é apenas um marco conceitual para delimitar o sistema integrado de produção, comercialização, distribuição e consumo de uma mercadoria (JANK, 2005). Assim, inclui-se os tipos de agronegócio em escala que se dedicam à produção de fibras, grãos e carnes, e os pequenos, dedicados à produção de frutas, olerícolas e produtos que exigem o primado da qualidade (GONÇALVES, 2004).

Peluso Jr (1952), é possível usar quatro etapas para explicar o processo de ocupação ou povoamento do estado de Santa Catarina (olhar o processo de ocupação estadual permite a compreensão do contexto em que sua porção Oeste está inserida). Essas quatro etapas podem ser identificadas a seguir, no Mapa 02.

Fonte:



Adaptado de Mamigonian (1958). Mapa organizado por Carlos A. F. Monteiro e desenhado por O. Silva

Mapa 02: Etapas de ocupação do estado de Santa Catarina³

Conforme o mapa 02, a primeira etapa da ocupação é marcada por duas correntes de povoamento no estado de Santa Catarina começadas em meados do século XVII, com a chegada dos vicentistas paulistas entrando pelo Norte e indo em direção ao Sul do estado; outra corrente de ocupação ocorreu pelo planalto e deslocou-se para os campos meridionais. Nesses campos,

³ A localidade Caxias, que faz parte do triângulo de São Leopoldo e Santa Cruz do Sul, refere-se a Caxias do Sul.

como na região de Lages, por exemplo, desde o século XVII instalaram-se grandes instâncias de gado, que usavam os índios da região como peões, “numa associação de relações feudais de propriedade e de trabalho”, conforme salienta Mamigonian (1999, p. 68).

A segunda etapa de povoamento do estado ocorreu em núcleos esparsos, no século XVIII, no litoral do estado. Trata-se de um sistema de colonização que contou majoritariamente com casais açorianos e madeireiros. De acordo com Mamigonian (1999), a colonização no litoral de Santa Catarina configura-se na maior intervenção geopolítica e geoeconômica de Portugal no Sul do Brasil. Desta colonização criou-se uma forte produção agrícola, com destaque para uma fase que exportou grandes quantidades de farinha de mandioca. Ademais, no estado do Rio Grande do Sul, ocorreu processo similar de entrada de açorianos, sendo esta pelo porto de Rio Grande/RS, chegando até Porto Alegre, por volta de 1737.

A terceira etapa de povoamento de Santa Catarina, ocorrida a partir dos anos 1820, refere-se às colônias de povoamento alemão próximo a Rio Negro e São Pedro de Alcântara – de 1829, ainda que sejam colônias que se firmaram somente a partir de 1840. Outras colônias, como a de Dona Francisca e a de Blumenau, no médio vale do rio Itajaí-Açú, também se consolidaram nesse período. Além disso, essa terceira etapa de povoamento conta com as colônias italianas que se instalaram no Sul do estado na segunda metade do século XIX⁴.

A quarta e última etapa se refere à ocupação no Oeste do estado. Esta ocorreu no início do século XX, momento em que algumas empresas de colonização e capital comercial intensificaram a venda e loteamento das terras no Oeste catarinense. As terras foram comercializadas em pequenos lotes, vendidos na sua grande parte aos imigrantes italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul (ESPÍNDOLA, 2016), como pode ser visto no Mapa 02. Neste contexto, o Oeste catarinense contou com um processo de ocupação desvinculado dos demais processos que povoaram as outras regiões do estado. No caso do Oeste, do ponto de vista da ocupação voltada para reproduzir relações capitalistas, o povoamento esteve ligado aos denominados italogauchos (ESPÍNDOLA, 2016), oriundos do estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo do tempo, constituiu-se como uma região caracterizada pela produção ligada à agropecuária de pequeno porte. Isso só foi possível em função da sua base produtiva assentada na Pequena Produção Mercantil (PPM) (Goularti Filho, 2001), e em função das possibilidades de acumulação de capital dessa agricultura de pequena escala, juntamente com os investimentos realizados pelos governos estadual e federal na região. Assim, não se trata de uma pequena produção qualquer, semelhante a que sempre existiu na história da humanidade, mas de uma pequena produção mercantil, que propiciou as bases para o desenvolvimento capitalista na região (LÊNIN, 1985).

Waibel (1979) reforça, no décimo capítulo de seu livro que trata da geografia tropical e do Brasil, que, de forma geral, a terminologia “colonização europeia” se refere à instalação e posse de pequenos lotes de terra para a classe de pequenos proprietários rurais em diferentes localizações do Sul do Brasil, formando comunidades próprias. Essa população europeia vinda para o Brasil se instalou em locais onde a geografia física pudesse proporcionar alguma vantagem. No estado de Santa Catarina, diferente do que acontece no Rio Grande do Sul e no Paraná, há um planalto acima

⁴ As colônias alemãs como a de São Pedro de Alcântara existiram por conta do interesse do império (trouxe os imigrantes, deu as terras, distribuiu sementes, dentre outras ações).

da Serra do mar, mais ou menos regular até a fronteira com a Argentina, com diminuição de altitude nas aproximações dos grandes rios, como o rio Uruguai. Além disso, todo o Sul do Brasil possui clima subtropical, com precipitação bem distribuída ao longo do ano e temperatura média de 21°C, contudo, com grande amplitude térmica.

Tais aspectos físicos favoreceram o povoamento do Sul do Brasil por imigrantes europeus. Até esse momento, o homem branco ocupava poucas porções da região Sul, sendo o litoral e o caminho das tropas as principais. A colonização, portanto, tinha o objetivo de acabar com índios – “povo sem utilidade” (WAIBEL, 1979). Para isso, viu-se a necessidade de um novo tipo de colono, pois os índios e açorianos não serviam para a colonização na mata. Esse colono precisava ser, ao mesmo tempo, um soldado e um agricultor capaz de cuidar e cultivar a terra. Num primeiro momento, em 1824, no Rio Grande do Sul, os alemães foram esses colonos. Grande parte deles dominava alguma função, tanto na indústria quanto na agricultura – o que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo em todo o Brasil meridional.

Em Santa Catarina, diferentemente do que ocorreu no Rio Grande do Sul, a preocupação do governo com a colonização era menos expressiva. Com isso, as companhias privadas de colonização tomaram a iniciativa e cumpriram com êxito esse papel, sobretudo no loteamento e comercialização de terras no estado. As companhias privadas viam a colonização como uma oportunidade de negócio. A primeira a se instalar em Santa Catarina, em 1849, com sede em Joinville, foi a empresa alemã Kolonization von Hamburg (WAIBEL, 1979).

A ocupação da parte ocidental do estado não teve ligação com as colônias alemãs e italianas do Norte e do Sul do estado, sendo que iniciou apenas por volta de 1915, quando a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande cortou o vale do rio do Peixe no sentido Norte-Sul. Com a estrada de ferro, as relações comerciais do Oeste foram estreitadas com São Paulo, e não com o litoral do estado. Além da estrada de ferro, o caminho das tropas fortalecia a relação de comércio com São Paulo e permitia que a ausência da necessidade de abrir caminhos para o litoral do estado, no acidentado e dificultoso relevo da Serra do mar, não fosse um problema. No entanto, da mesma forma que ocorreu no Rio Grande do Sul, se repetiu o fato de os alemães, no ocidente de Santa Catarina, terem ocupado os vales baixos, e os italianos os vales altos, ou seja, as serras (WAIBEL, 1979).

Por volta de 1910-1930⁵, empresas colonizadoras internacionais, como a Southern Brazil Lumber and Colonizations, nacionais, como a Sociedade Territorial Mosele, a Eberle e a Ahrons e Cia, e de capitais comerciais de Porto Alegre, como a Bertaso (ESPÍNDOLA, 1999); dentre outras colonizadoras, retalharam o Oeste de Santa Catarina em pequenos lotes, que variavam de 15 a 35 hectares de terra. Esses lotes, quase que na sua totalidade, foram vendidos aos imigrantes de descendência alemã e italiana vindos do Rio Grande do Sul (Mapa 02).

⁵ Segundo Alba (2008), no século XVIII, o Oeste catarinense já era povoado por índios Guaranis e Kaingang. Antes do século XX, a região foi marcada pela presença dos Bandeirantes, que estavam em busca de novos territórios e de índios Guaranis para escravização. No século XVIII, os portugueses iniciaram a conquista de novos territórios na região e o recrutamento dos Kaingang. Por volta de 1810, os portugueses ocuparam os campos de Guarapuava (PR), em 1846 os campos de Palmas (PR), e em 1856 os campos de Erechim (RS). A região de Chapecó também foi marcada por essas passagens e/ou ocupações portuguesas, mas sem terem se efetivado.

Após a 1ª Guerra mundial, com a atuação das companhias colonizadoras no extremo ocidente de Santa Catarina, na região chamada ex-contestado⁶, desde a margem leste do rio Peperi-guaçu até a margem Oeste do rio Irani, foi espaço de atuação das colonizadoras. Em 1940, em torno de 45 mil pessoas habitavam a região Oeste e a população de Santa Catarina contava com 363 mil habitantes de origem europeia. 235 mil eram alemães, 100 mil eram italianos e 28 mil eram escravos⁷ (WAIBEL, 1979).

Passado o período de comercialização das terras, intensificou-se no Oeste catarinense a derrubada da mata nativa (Pertile, 2008). Essa atividade foi de fundamental importância econômica para os colonos da região, pois resultou no aproveitamento comercial da madeira exportada para outros países, inclusive países da Europa e EUA. No entanto, o maior comércio de madeira foi estabelecido com a Argentina, vizinho do Oeste catarinense. Na época das cheias, a madeira era transportada em forma de balsas pelas águas do rio Uruguai até o destino comercial, a Argentina. A exploração da madeira ocorreu concomitantemente à extração e comercialização da erva-mate. Esta, da mesma forma que a madeira, fazia parte da vegetação natural da região, com aproveitamento comercial maior, principalmente nos locais por onde passavam as tropas que levavam o gado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, além da Argentina, eram importantes compradores da erva-mate catarinense nas primeiras décadas do século XX.

O desenvolvimento da produção capitalista no Oeste catarinense está diretamente ligado ao desenvolvimento da pequena produção mercantil e à diversificação da base produtiva. Para Lênin (1985), uma produção mercantil pujante é capaz de propiciar as bases para o desenvolvimento capitalista de uma região. Essa visão permite olhar e compreender a realidade histórica tal como ela é, da mesma forma que Lênin (1985) mostrou. A estrada de ferro e as companhias colonizadoras podem ter contribuído para expandir o mercado e a diferenciação da produção, mas foi o desenvolvimento da pequena produção mercantil e de um conjunto de produtos ligados inicialmente à agricultura e à pecuária que forjaram o desenvolvimento capitalista na região Oeste catarinense.

Lênin (1985) acrescenta que a reprodução da economia mercantil provoca o crescimento substancial do número de ramos industriais distintos e independentes, mas às vezes interligados. Esses ramos acabam por se dedicar não apenas à fabricação de produtos, mas à fabricação de cada componente necessário num ramo industrial à parte de um dado produto. Daí uma das explicações para a diversificação produtiva presente no Oeste catarinense até os dias de hoje. Dessa visão leninista, baseada na realidade concreta e na sua dinâmica historicamente construída, é possível

⁶ O termo “ex-contestado” faz referência à guerra do Contestado, ocorrida no planalto central catarinense entre 1912 e 1916. A questão principal que forjou a guerra girava em torno da não aceitação dos colonos e caboclos que possuíam as terras da região em doar cerca de 15 quilômetros cada lado da estrada de ferro que estava sendo construída entre Porto União e Piratuba para a companhia responsável pela construção da ferrovia (Brazil Railway Company). A intenção da companhia era se apropriar da abundância de madeiras de alto valor que existia na região, especialmente a Araucária (MORAES, 2018).

⁷ Segundo Waibel (1979), a colonização europeia em Santa Catarina deu certo porque os métodos agrícolas dos colonos eram produtivos e se modernizaram. Os colonos receberam dos índios técnicas importantes, como a rotação da terra e de cultura e algumas cultivares: milho, feijão, mandioca, batata-doce, além de ferramentas, como a cavadeira e o bastão de plantar.

perceber as razões pelas quais surgiram na região diferentes frigoríficos, alfaiatarias, moinhos, sapatarias, hotéis, restaurantes, oficinas mecânicas, e inúmeros outros negócios.

Além do cenário de divisão de terras instalado no Oeste catarinense, também motivou a vinda dos colonos gaúchos para Santa Catarina “a falta de novas áreas a serem colonizadas e as transformações da economia fumageira em Santa Cruz nos anos 1940 e 1950” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 71). Ademais, o vale do rio dos Sinos (São Leopoldo, Novo Hamburgo, Igrejinha) e do rio Caí (São Sebastião do Caí, Montenegro), as áreas de cima da serra (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Gramado, Canela, Garibaldi) e o próprio meio Oeste catarinense também foram áreas de onde muitos colonos emigraram para a região Oeste e extremo Oeste catarinense. Neste sentido, a base do processo de ocupação do Oeste catarinense foi motivada pela possibilidade desses colonos se reproduzirem enquanto pequena produção mercantil.

Com a instalação dos colonos ítalo-gaúchos, começaram a se formar na região pequenos núcleos urbanos e de propriedades que reproduziam, ou seja, davam sustentação à pequena produção mercantil. Goularti Filho (2016) chama atenção no sentido de que o objetivo da ocupação, além de demarcar terras, também era de acumular capital por meio da venda da terra; por isso, o povoamento do Oeste, serviu também para enriquecer as companhias colonizadoras. Foi dessa maneira que inúmeras culturas agrícolas e pecuárias passaram a fazer parte do cenário produtivo da região.

A partir do momento em que as atividades agropecuárias passam a figurar no cenário produtivo da região, vê-se uma forte ligação desse crescimento vinculado às políticas governamentais em esfera nacional e estadual. Assim como no Brasil e em Santa Catarina, a modernização da agricultura no Oeste catarinense ocorreu principalmente a partir de 1960, com a implementação de pacotes tecnológicos e ação das cooperativas – que serviram como canalizadoras de crédito para o desenvolvimento do setor agropecuário – aliados ao uso do capital (crédito) no campo. Graziano da Silva (1998) se refere a essas transformações quando faz alusão à chamada Revolução Verde, datada de 1960, momento a partir do qual avança na agricultura brasileira o processo de modernização. Com isso, na medida em que os colonos foram deixando de produzir para a subsistência e passaram a produzir para o comércio, as novas técnicas de produção trazidas pelo processo de modernização da agricultura se apresentavam como meios que otimizavam o rendimento das atividades agrícolas, ou seja, davam a possibilidade de fazer os trabalhos agrícolas renderem mais, principalmente com a introdução da mecanização.

Neste sentido, a ocupação inicial da região Oeste catarinense está dada, contudo, ela está em movimento. É, pois, nesse processo de movimento, que emergiu e se reproduziu a pequena produção mercantil (VON DENTZ, 2022). A pequena produção mercantil conseguia reunir condições para o desenvolvimento do capitalismo na região, valendo-se dos diferentes aperfeiçoamentos técnicos, ou seja, do progresso técnico (SCHUMPETER, 1961), combinado com as condições naturais encontradas na região (CHOLLEY, 1964).

Os pequenos complexos rurais foram formados localmente, segundo Goularti Filho (2001), por pessoas simples e modestas, denominadas “capitalistas sem capitais”, em geral filhos de artesãos e comerciantes que viviam dos movimentos comerciais estabelecidos no sistema colônia-venda. Por outro lado, o capital mercantil excedente, oriundo dessa base rural-mercantil, encontrava-se nas mãos de pequenos comerciantes locais. Dentre os principais, destacavam-se os produtores de alfafa, erva-mate, suínos e milho. O sistema colônia-venda era baseado na pequena

propriedade, voltada para a comercialização do excedente produzido. Portanto, desde o início da ocupação, foi estimulado a formação de um mercado local, que rapidamente integrou-se à economia nacional (GOULARTI FILHO, 2001).

Espíndola (1999) destaca que alguns comerciantes se destacavam na compra e venda da produção local. Assim, num contexto em que as relações capitalistas de produção começavam a ser aprofundadas, os colonos que se instalaram na região e que dominavam um universo de habilidades, passaram a usá-las de maneira ainda mais intensa, transformando-se em atividades comerciais e manufatureiras. Cita-se como exemplo as mercearias, as marcenarias, os moinhos, as fábricas de queijo e salame, as fábricas de caixas, sapatos e fundição. Essas atividades se transformaram em um regime de produção, calcado na pequena propriedade rural, que, paulatinamente, permitiu a acumulação pulverizada de capital, e, ao mesmo tempo, gerou uma diferenciação social. Alguns colonos um pouco mais “espertos” e melhor capitalizados⁸ começaram a ditar regras no trabalho e na pequena propriedade, tornando-se os primeiros “empresários” da região, que geralmente eram grandes madeireiros e proprietários de frigoríficos. Neste contexto, insere-se o caso de Attilio Fontana, que mais tarde se transformaria no dono de um dos maiores frigoríficos da região.

Manifesta-se, portanto, no interior da pequena produção mercantil e do complexo rural, duas formas de predomínio da pequena produção: de um lado, as famílias especializavam-se na produção de um determinado produto que seria entregue ao comércio local, mas também ao nacional, para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outras; de outro lado, os pequenos produtores rurais fabricavam suas próprias ferramentas de trabalho, além de praticarem a agricultura de autoconsumo (ESPÍNDOLA, 2002).

Em síntese, a consolidação da pequena produção mercantil no Oeste de Santa Catarina foi decisiva, numa segunda etapa do processo de ocupação da região⁹, para a criação de uma nova estrutura econômica e social. Comparativamente, Espíndola (2002) recorda que, no povoamento do nordeste dos EUA, no século XVII, a pequena produção mercantil foi um fator fundamental para a constituição de diversas atividades (pequenas oficinas, artesãos, manufaturas, pequenos comerciantes). Dessa pequena produção mercantil, baseada em produtores independentes, proprietários de um pequeno pedaço de terra e que possuíam condições próprias de trabalho e os meios de produção necessários, surgiu a produção de determinados produtos que serviam ao mercado interno. No Oeste catarinense, a pequena produção mercantil que se desenvolveu também contou com os aspectos mencionados para os EUA em seu processo de desenvolvimento. Isso ocorreu, obviamente, dentro das características naturais e sociais da região estudada.

Neste contexto, conforme demonstrou Marx (1989), nas colônias de povoamento o produtor que possui condições próprias de trabalho e os meios de produção necessários enriquece a si próprio com o seu trabalho, podendo se tornar um pequeno capitalista. Neste sentido, relaciona-se a análise de Marx (1989) com o Oeste catarinense, pois os comerciantes e pequenos

⁸ Conforme informações coletadas em trabalho de campo, realizado em fevereiro de 2022, alguns colonos vieram do Rio Grande do Sul com recursos maiores, ou seja, mais capitalizados, o que dava a eles certa esperteza e a possibilidade de se destacar economicamente no meio social estabelecido.

⁹ A primeira etapa do processo ocupação é referente à chegada dos ítalo-gaúchos e à derrubada da mata e comercialização da madeira nas primeiras décadas do século XX.

produtores dessa região que direcionaram seus capitais acumulados para diversas atividades, dentro do complexo rural, conseguiram obter ganhos de capital ainda maiores.

Assim, o capital comercial está diretamente interligado com a pequena produção mercantil, e muitos estabelecimentos comerciais surgiram da própria pequena produção mercantil. Portanto, o capital comercial e a pequena produção mercantil estão na gênese dos diferentes negócios que emergiram na região Oeste catarinense. Ambos são a base do processo de acumulação do capital regional. Essa base capitalista regional incipiente, mas desenvolvida para os padrões dos anos 1950 e 1960, desencadeou novos investimentos em diversos agronegócios. Conforme salienta Espíndola (2002), os investimentos foram realizados na área da produção de banha, conservas de carne, salames, salamis, salsichas, dentre outros. Mas também ocorreram investimentos na produção de grãos (milho, soja, feijão, trigo), bem como em outras atividades comerciais e industriais que compõem a base do conjunto das transformações ocorridas na região.

Por conseguinte, essa nova onda significou novo impulso à indústria de carne e à produção agropecuária do Oeste catarinense, o que implicou no fortalecimento de diferentes agronegócios, os quais serão analisados no item que segue.

ORIGEM DOS AGRONEGÓCIOS E SUA IMPORTÂNCIA NA BASE DA ESTRUTURA PRODUTIVA REGIONAL

Anteriormente ao processo de desenvolvimento dos agronegócios na região Oeste catarinense, ocorreu um processo de extração e acumulação de capital pela madeira e a erva-mate. O período de maior extração da madeira no Oeste catarinense foi nas décadas de 1920, 1930, 1940, 1950 e 1960. Seu predomínio dava-se principalmente próximo aos vales de rios, pois, por um bom tempo, os rios funcionaram como meio de transporte para levar a madeira extraída até a Argentina e o Uruguai em forma de balsas, onde a sua maioria era comercializada. Chapecó era um lugar, segundo Goularti Filho (2016), que centralizava os negócios relacionados à madeira, haja vista que ficava próximo (25km) do rio Uruguai (porto Goioên) e era lugar de abundância das Araucárias. Desse modo, a madeira foi a primeira riqueza que fixou o homem na terra, sendo que, por mais de quarenta anos, a vida econômica regional ficou baseada sobre o que a mata oferecia.

Além do fato de a extração da madeira ter sido uma atividade eminentemente de quem comprava a terra, ou seja, dos colonos que se estabeleciam na região, Goularti Filho (2016) aponta que, em 1948, havia, na região, em torno de 115 empresas madeireiras que produziram, naquele ano, cerca de 80.000 m³ de madeira. Algumas companhias colonizadoras, que tinham a função de comercializar a terra, juntavam esse serviço à atividade econômica de extração da madeira. Empresas como a Bertaso, que se instalou na década de 1920 na região de Chapecó, foi uma das companhias que, além de vender as terras, também atuava no setor madeireiro com serrarias, olarias e usinas de geração de energia.

No vale do rio do Peixe e no planalto Norte do estado, a indústria madeireira foi impulsionada com a instalação da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, localizada próximo à estação ferroviária de Calmon. Na época, meados de 1920-30, em Três Barras, encontrava-se a maior planta de serraria da América Latina, pertencente à Lumber. Além dessa grande companhia, havia na região centenas de pequenas serrarias de propriedade de colonos que acabaram de chegar na região. No entanto, o monopólio do comércio da madeira era feito pela Lumber, pois os colonos se viam obrigados a vender a madeira serrada para a empresa. Goularti

Filho (2016) sinaliza que, em 1937, havia na região 201 serrarias que produziam em torno de 1,96 milhão de dúzias de tábuas, sendo que a maior parte dessa produção pertencia à Lumber.

A decadência da importância econômica da madeira para o estado de Santa Catarina ocorre a partir de 1955. Essa queda está atrelada, principalmente, a dois fatores: o esgotamento das reservas de madeira, sobretudo da Araucária, e a redução das importações argentinas¹⁰ (Goularti Filho, 2016). Contudo, mesmo que o ciclo da madeira tenha entrado em decadência a partir da segunda metade do século XX, a extração e comercialização da madeira no Oeste catarinense serviram de base para acumulação de capital e, conseqüentemente, para a possibilidade de investimento nas atividades agrícolas, pecuárias e indústrias da região. Ademais, no Oeste catarinense, salvo algumas exceções, não foi muito expressivo o interesse em continuar investindo no setor madeireiro, diferente do que ocorreu no planalto norte e serrano, onde a indústria madeireira e de papel celulose até hoje são importantes setores econômicos.

O ciclo da erva-mate e da madeira podem ser considerados agronegócios do ramo extrativista, que serviram de base de acumulação de capital para a expansão produtiva de outros setores. Ademais, a extração da erva-mate e da madeira eram ações necessárias para abrir caminho aos novos cultivos de grãos. A retirada da madeira não significaria, portanto, a finalização da exploração da terra, mas o início de um ciclo voltado à produção de grãos. É importante dizer que, no mesmo momento em que a madeira e a erva-mate eram extraídas, o cultivo de grãos já acontecia em pequenos lotes, visando o abastecimento básico das famílias, mas ainda sem o intuito comercial.

Decorrente da pequena produção mercantil, a emergência de novas atividades econômicas ligadas à produção de alimentos tornou-se um aspecto a ser destacado na estrutura produtiva da região. Entretanto, os colonos que se instalaram na região já praticavam agricultura comercial no Rio Grande do Sul. Nas áreas de onde os colonos emigraram (arredores de Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e São Leopoldo), já havia ocorrido a abertura do complexo rural e emergido uma gama diversificada de atividades produtivas. Neste contexto, antes do surgimento das atividades produtivas ligadas ao setor de alimentos no Oeste catarinense, no Rio Grande do Sul havia nascido várias indústrias de alimentos nas áreas de colonização alemã e italiana.

A formação dos agronegócios de carnes e grãos no Oeste catarinense inicia-se entre (1930-1950)¹¹. A produção de grãos e carnes ia além do necessário para o consumo das famílias, pois tinham o objetivo comercial. Essas atividades agrícolas e pecuárias foram se transformando em negócios. Na medida em que as técnicas de produção foram aperfeiçoadas, esses agronegócios passaram a se integrar às cadeias produtivas, ou seja, produtos processados nas indústrias

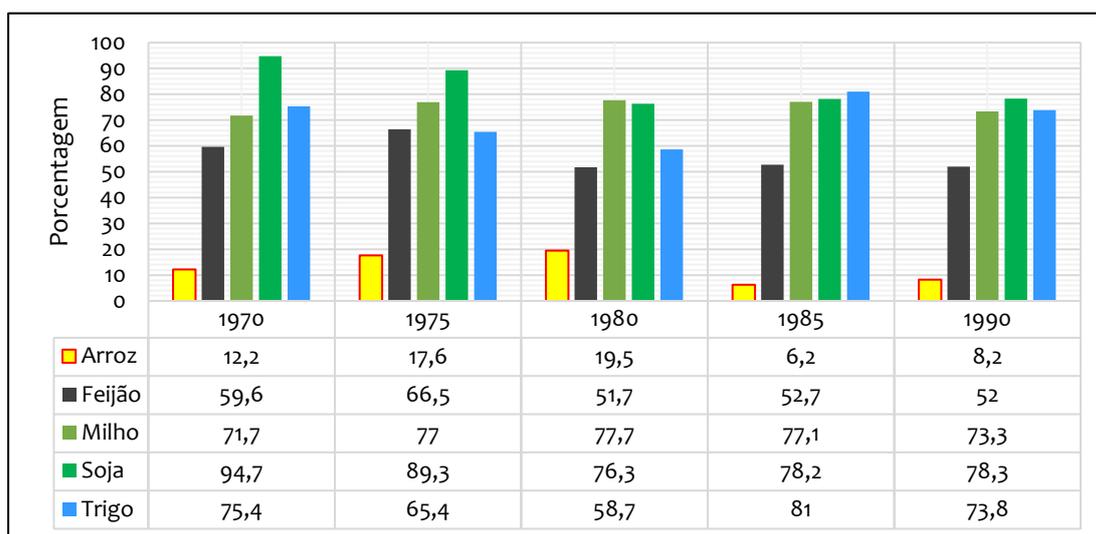
¹⁰ Segundo Griggs (1974), a partir de 1950, a Argentina começou a explorar e a plantar suas próprias florestas, principalmente na província de Misiones.

¹¹ Entre 1930-1950, enquanto avançava a comercialização do excedente da pequena produção mercantil com o Sudeste do Brasil, iniciou-se um processo de relação social das atividades agropecuárias como negócios rentáveis para a população rural. Müller (1986) chamou essas atividades de “complexo agrocomercial”. Graziano da Silva e Kageyama (1998) consideraram essas relações em transição para a agricultura industrializada, com a implantação da indústria de bens de produção e a integração do mercado nacional.

passavam a ser indispensáveis para produção agrícola, tanto a montante quanto a jusante das unidades produtivas¹².

Até os anos 1940, a produção de grãos do estado de Santa Catarina tinha pouca participação da região Oeste; entretanto, a partir daí começaram a surgir os primeiros moinhos de trigo, milho e secadores de cereais. É importante considerar que, a partir de 1950, o Brasil viveu um ciclo de crescimento, alinhado aos intensos processos de industrialização e urbanização. Neste sentido, de 1950 em diante começa a aparecer a concentração da produção de grãos do estado de Santa Catarina na região Oeste. Assim, a produção catarinense de grãos teve forte crescimento desde o final da década de 1940 até 1980, período em que passou de pouco mais de 500 mil toneladas para 3,3 milhões de toneladas de grãos produzidos. Nas culturas de trigo, milho, soja e feijão, como aponta o Gráfico 01, mais da metade da produção estadual estava concentrada na região Oeste. A produção do arroz é a que menos se concentra no Oeste do estado, pois é uma cultura de áreas alagadas e de irrigação, ocorrendo com maior predomínio no Sul do estado e na região do Vale do rio Itajaí.

Fonte: IBGE, Anuário estatístico do Brasil (vários anos); EPAGRI/CEPA, Síntese anual de agricultura de Santa



Catarina (vários anos)

Gráfico 01: Participação (%) do Oeste catarinense no total da produção de grãos do estado de Santa Catarina (1970-1990)

Do ponto de vista geral, o Gráfico 01 mostra que houve uma diminuição da participação (%) do Oeste catarinense no total estadual de produção de grãos. A média ponderada aponta que,

¹² Segundo Gonçalves (2005), é preciso apontar os agronegócios como um grande e complexo setor econômico produtivo, que fez parte da capacidade que o Brasil teve de transformar seus complexos rurais em complexos (agro) industriais. A complexificação das cadeias produtivas dos agronegócios aumenta pós década de 1960, pelo fato de o sistema agroalimentar brasileiro estar passando por um processo necessário de modernização. O governo criou grandes obras, grandes empresas e diferentes segmentos industriais (indústria petrolífera, automobilística, têxtil, ferro, aço, cimento e outras), o que demandava maior produção de alimentos. Neste contexto, o Oeste catarinense, via produção de alimentos, desempenhou papel fundamental para o Brasil. Na década de 1950, por exemplo, com a construção de Brasília, grande parte dos alimentos para abastecer os mais de 30 mil trabalhadores da nova capital federal foram levados do Oeste de Santa Catarina (informação de trabalho de campo – fev. 2022).

em 1970, o Oeste do estado produziu 62,7% do total estadual de grãos que aparecem no Gráfico 01. Em 1980, produziu 56,8%, e em 1990 produziu 57%. Essa diminuição é pouco expressiva para que tenha haja uma desconcentração. Ocorre que nas regiões serrana e do planalto Norte, a perda de importância econômica da madeira foi, ainda que tardiamente, deu espaço para o cultivo de grãos, principalmente soja e milho, que foram avançando para novas áreas devido à evolução ocorrida na tecnologia e adaptação de sementes, bem como no melhoramento dos solos. No caso da soja, em 1970 quase 95% do total estadual concentrava-se no Oeste do estado, sendo que em 1990 essa porcentagem caiu para 78%. As demais culturas, embora tenham ocorrido pequenas variações, permaneceram com uma porcentagem similar de concentração no Oeste do estado no período analisado no Gráfico 01, ou seja, cerca de 70%.

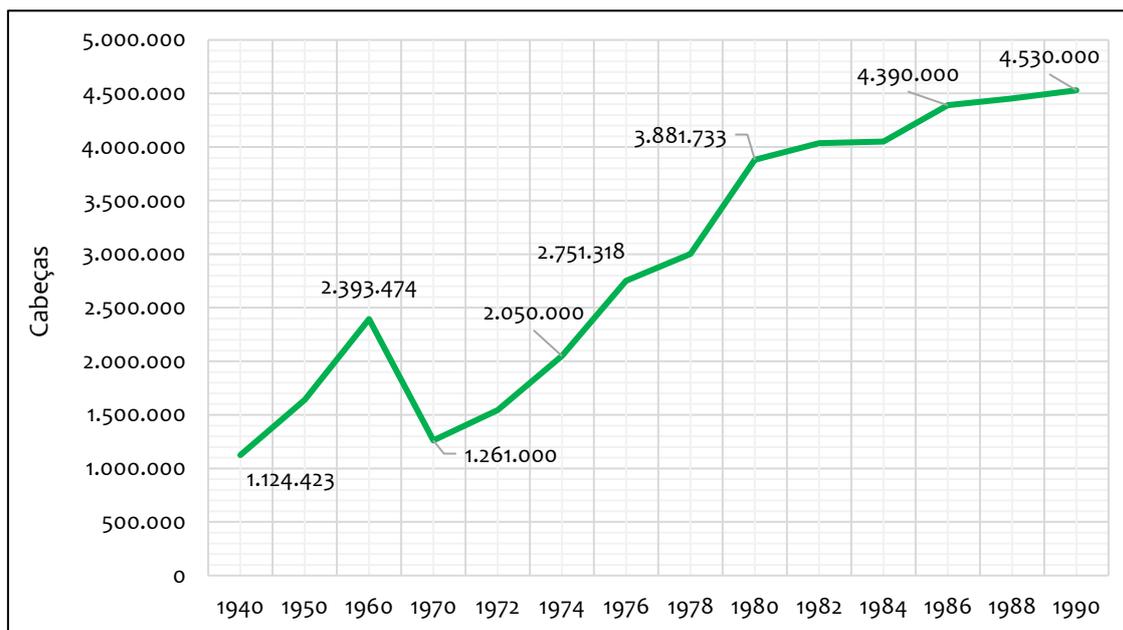
Neste sentido, houve uma diversificação agrícola mais equilibrada e o aumento do cultivo de alimentos voltados para o mercado interno. No entanto, o crescimento da produção de grãos no Oeste do estado se deu, em grande medida, em função do crescimento da criação de animais, sobretudo de suínos e aves. Com isso, viu-se a necessidade de aumentar a produção de soja e milho para servir de alimento aos animais, cujo rebanho crescia ano após ano. Junto desse crescimento, ocorreu a construção de pequenos frigoríficos e o início de um processo de integração entre as atividades agrícolas e industriais (Graziano da Silva; Kageyama, 1998). Com isso, na maioria das propriedades rurais, a produção de milho no Oeste catarinense sempre esteve associada à criação de suínos. Conseqüente, a diversificação das atividades agropecuárias proporcionou aos colonos, além da autossuficiência na produção de alimentos, também um melhor aproveitamento das terras e da força de trabalho durante todo o ano, de modo a se obter renda com tais atividades.

A partir disso, os colonos viram a possibilidade de comercializar o excedente da criação de suínos. Grande parte dos animais eram comercializados vivos, mas alguns derivados, como a banha e o torresmo, foram de maior atração para os comerciantes desse ramo. Conforme Waibel (1949), a maior parte do excedente era vendida para comerciantes que enviavam esses produtos para o estado de São Paulo. Com o dinheiro das vendas, os colonos compravam os bens de produção necessários ao consumo doméstico que não dispunham, como o sal, o óleo para lampião, tecidos e roupas, ferramentas agrícolas, dentre outros produtos. Essa troca mantinha o otimismo entre os criadores e significava alguma ascensão social, dadas as condições de acesso aos bens de consumo na época.

De 1950 a 1980, a produção de suínos para comercialização foi considerada por Espíndola (1999) e Campos (1987) a atividade econômica agropecuária mais rentável do Oeste catarinense e uma das mais rentáveis do Brasil. Os agricultores criadores de suínos ascenderam socialmente nessa época, juntamente com os comerciantes que obtiveram proveito de ganhos econômicos com a suinocultura. No entanto, essa euforia com a suinocultura também se deu em função das medidas político-econômicas tomadas pela nova classe capitalista industrial brasileira. De acordo com Rangel (1985), os capitalistas industriais, em consonância com as oligarquias brasileiras da época, adotaram medidas como o uso seletivo dos recursos cambiais, a retirada das barreiras fiscais internas entre as unidades estaduais, o financiamento do poder de consumo da população, a instituição de reservas de mercado, a implementação de uma estrutura trabalhista e o direcionamento da estrutura produtiva do país voltada para o potencial agropecuário interno. Com isso, pretendia-se abastecer a demanda interna, numa sociedade mais urbanizada, de modo a impulsionar o processo de substituição de importações (Mamigonian, 2000; Espíndola, 2002).

Em decorrência dessa especialização produtiva em torno da suinocultura, Santa Catarina foi responsável pela formação de uma divisão territorial do trabalho que interessava as oligarquias rurais regionais voltadas ao comércio interno (Rangel, 1990; Espíndola, 2002). Enquanto o Sul e o Nordeste do estado produziam salsicha, linguiça e salame, o Oeste catarinense já contava com inúmeras fábricas de banha, toucinho e torresmo. Ademais, o Oeste direcionava os esforços na exportação de suínos vivos. Desse modo, Espíndola (2002) enfatiza que o Oeste do estado nasce especializado na oferta de animais, especialmente o suíno.

No Gráfico 02 é possível perceber o crescimento da produção de suínos no estado de Santa Catarina de 1970 até 1990, tendo em conta o rebanho de cabeças.



Fonte: Epagri/Cepa (vários anos)

Gráfico 02: Evolução do rebanho de suínos (cabeças) no estado de Santa Catarina (1940-1990)

Conforme demonstra o Gráfico 02, o rebanho de suínos do estado de Santa Catarina cresceu em torno de 400% nas cinco décadas entre 1940-90, entretanto, a expansão começa antes de 1940. As regiões do Vale do rio do Peixe e do rio Uruguai eram as que se destacavam na atividade, haja vista que possuíam um conjunto de frigoríficos especializados no abate e transformação da carne suína em alguns derivados específicos, como a banha, a salsicha e outros embutidos. No entanto, o Gráfico 02 também aponta que, na década de 1980, o crescimento do rebanho suíno passou a ser menos expressivo do que na década de 1970. Isso se deu em decorrência de, nessa época, inúmeros suinocultores abandonarem as atividades. Conforme salienta Espíndola (1999), as novas exigências que as atividades agropecuárias como um todo passaram a cobrar dos agricultores começou a surtir efeito na vida econômico-produtiva dos mesmos, e muitos deles se viram obrigados a abandonar suas atividades no campo, pois tratava-se de exigências que dependiam de poder de investimento, as quais nem todos os agricultores tinham condições de atender.

Com isso, a suinocultura, que era comum na grande maioria das propriedades rurais do Oeste catarinense, passou a tomar um caminho seletivo, na medida em que as empresas que foram tomando conta do setor de carnes exigiam os investimentos dos suinocultores no intuito de

melhorar a qualidade do processo de produção e do produto. Em parte, esse argumento responde à razão pela qual, na década de 1980, o crescimento de rebanho de suínos tenha ocorrido em um ritmo mais lento. Ao mesmo tempo, permite afirmar que teve início um processo de concentração da produção de suínos. A concentração da produção começou a se mostrar tanto pela desistência de uma grande parte dos agricultores que se dedicavam a essa atividade quanto pela especialização territorial da produção, que, com o passar do tempo, dava ainda maior porcentagem da produção de suínos ao Oeste do estado¹³.

Por outro lado, vale frisar que o cenário de crescimento econômico ligado à suinocultura teve suas baixas. De acordo com Espíndola (2002) devido à baixa dos preços, aliado à crise mundial de 1930, ocorreu no Oeste catarinense um processo de junção dos capitais dos pequenos comerciantes. Com isso, foi possível reduzir os custos operacionais e o domínio externo de grandes grupos atacadistas de São Paulo nas áreas de produção. Neste cenário, em meados de 1935, Atilio Fontana, um dos principais comerciantes do Oeste catarinense, se uniu com os Fuganti, outro comerciante com estabelecimentos para exportação e importação em São Paulo, Santa Maria/RS e Oeste catarinense. Essa união permitiu a expansão das atividades comerciais pelo Oeste catarinense e algumas regiões do Paraná, além de, apesar da crise, manter o ciclo de crescimento ligado à criação de suínos.

Neste sentido, iniciou-se na região uma pulverização de atividades econômicas de junção, instalação e compra-venda de estabelecimentos comerciais. Desse modo, o processo de acumulação de capital baseado na pequena produção mercantil tornava-se profícuo em novas áreas de colonização, sendo que os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro continuavam como fundamentais para a expansão da agropecuária, da indústria e do comércio de todo o Sul do Brasil, em especial do Oeste catarinense. A junção de estabelecimentos comerciais representou o fortalecimento de uma classe econômico-empresarial no Oeste do estado, que acumulava capital sobre os pequenos produtores de suínos e exploradores de madeira. Dessa classe que acumulava volumes maiores de capital, surgiram novas empresas e novos frigoríficos que davam fôlego econômico à “vocalização” agropecuária da região.

De acordo com a série de estatísticas agropecuárias de 1971, Santa Catarina abateu 480 mil cabeças em 1945, chegando a 719 mil cabeças em 1959, o que representa um crescimento de 66% nos abates. No mesmo período, Minas Gerais cresceu 27%, Paraná 14% e São Paulo 10%. Nessa época, a unidade da Sadia, em Concórdia-SC, abatia 7,27% do total estadual de suínos. Em 1959, a mesma unidade da Sadia passou a abater mais de 20% do total estadual. Diante dos dados, verifica-se que o crescimento ocorrido se enquadra em um contexto de expansão do mercado nacional. Essa dinâmica permitiu um novo caráter à indústria processadora de carnes do Oeste catarinense, pois, com a lógica progressiva de diferenciação de produtos, tornou-se necessário investimentos em inovação tecnológica, que mais tarde resultou em novos segmentos na indústria de carnes.

Diferentemente do que ocorreu com a suinocultura, a criação de aves no Oeste catarinense já nasceu vinculada às empresas¹⁴ como Sadia e Perdigão. De acordo com Espíndola

¹³ De acordo com Goularti Filho (2016), em 1970 o Oeste catarinense foi responsável por 64% da produção de carne suína do estado de Santa Catarina. Em 1985 esse percentual chegou a 80,5%, sendo que em 1995 o Oeste catarinense atingiu a marca de 81,7% da carne suína total produzida no estado de Santa Catarina.

¹⁴ O nascimento, desenvolvimento e consolidação de empresas como a Sadia e a Perdigão na região Oeste catarinense, hoje fundidas na grande empresa BRF Brasil Foods, pode ser compreendida a partir de Chandler

(2002), uma onda de investimentos no início de 1950 resultaram no nascimento de novas cadeias produtivas¹⁵. Dentre elas está a cadeia produtiva de frangos, que nasce no início dos anos 1950, com investimentos realizados pela Sadia e Perdigão. No caso da Sadia, de propriedade de Attilio Fontana, em conjunto com investimentos realizados por Roberto Gama, um médico veterinário próximo de Fontana, adquiriram uma chácara de 2,5 hectares e em torno de mil pintinhos (da raça New Hampshire), além de novos equipamentos e conhecimentos técnicos adquiridos no Rio de Janeiro; e com isso deram início ao processo de produção de frangos, no município de Concórdia, na década de 1950¹⁶.

De maneira conjuntural, a partir dos anos 1950 o governo brasileiro começou a se preocupar mais com a agropecuária. O ápice dos investimentos do governo com o setor se deu com o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. Segundo Belik (1992), os principais objetivos elencados para o segmento de alimentação do Plano de Metas de JK eram os seguintes: trigo, armazéns e silos, frigoríficos e matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes. O Plano de Metas de JK resultou no crescimento de um conjunto de atividades ligadas à indústria. Rangel (1985, p. 36) confirma estatisticamente a afirmação, apontando que “a produção industrial cresceu ao ritmo de 11,2% ao ano em 1957-62”.

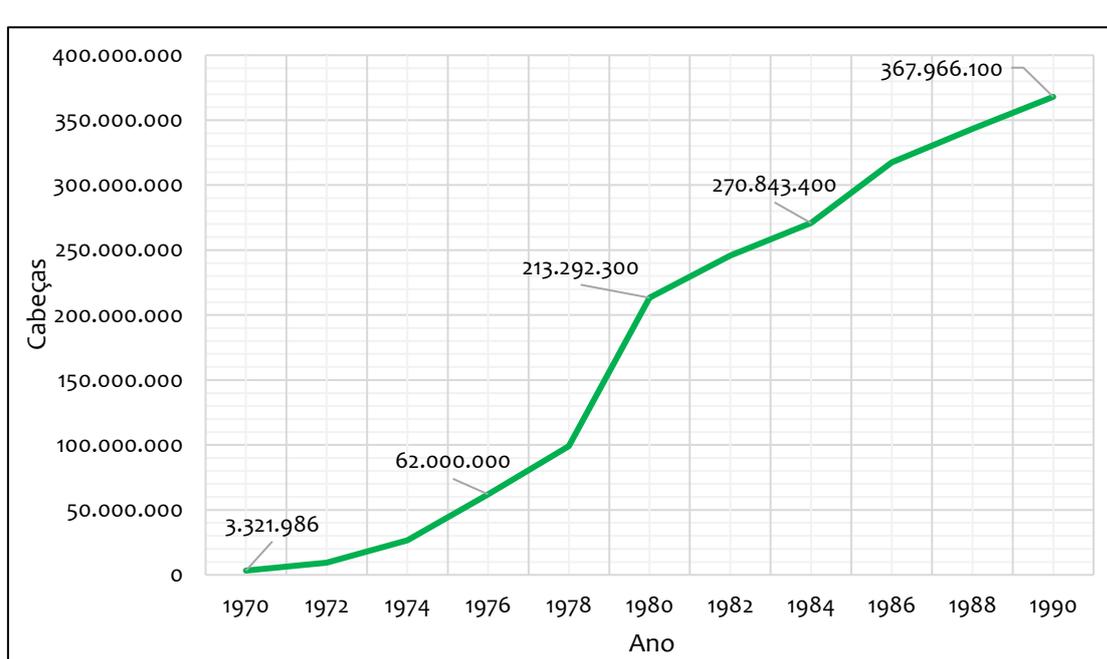
Nesta onda de crescimento, os frigoríficos de aves viveram uma das maiores fases de crescimento. No entanto, Espíndola (2002) afirma que, embora o crescimento tenha sido expressivo, ocorreu de maneira desigual. Enquanto no período de 1959-1962 a avicultura cresceu 792% no estado de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul cresceu 408%, em São Paulo 68,7% e em Minas Gerais 41,17%. Dentre as razões que apontam o crescimento superior de Santa Catarina em relação aos demais estados, Espíndola (2002) cita a instalação de novas empresas e o direcionamento dos recursos à elaboração de produtos de maior valor agregado. De acordo com os dados do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri, o rebanho abatido de

(1998). O autor estudou os processos de mudanças ocorridos especialmente nas grandes empresas, sobre revolução e inovação organizacionais nas empresas: Du Pont, General Motors, Standard Oil e Roebuck. Para Chandler, as ideias de Schumpeter tornaram-se fundamentais nas análises dos quadros administrativos. De modo geral, o autor faz um tour de pesquisa comparativa e de conceitualização sobre as estruturas e estratégias empresariais que eram adotadas em países de elevado crescimento da produção industrial entre 1960 e 1980, como Inglaterra, Alemanha, Itália, França e outros. Uma versão da sua obra foi traduzida para o idioma russo nos anos 1970, assim como os chineses demonstraram muito interesse pelas ideias de Chandler no final do século passado.

¹⁵ Segundo Espíndola (2002), no final de 1950, nas proximidades de Mogi das Cruzes (SP), a inovação na estrutura das granjas e nas formas de manejo avícola impulsionaram o surgimento das primeiras cooperativas e associação de produtores de aves. No estado de São Paulo, os primeiros abatedouros de aves surgiram em 1957, no município de Cotia. Espíndola (2002) ressalta que, nos Estados Unidos, os primeiros abatedouros de aves são datados do início da década de 1940, ou seja, período similar ao início das atividades desse ramo no Brasil.

¹⁶ A partir dos anos 1970, com a criação dos frigoríficos, começa a se estabelecer o processo de “parcerias” (sistema de integração), empregando novos processos com uso intensivo de tecnologia e juntando o processo de cria e engorda dos animais com seu processamento nas agroindústrias.

aves em Santa Catarina cresceu significativamente nas décadas de 1970-1990, como pode ser visto no Gráfico 03.



Fonte:

Epagri/Cepa (vários anos)

Gráfico 03: Evolução do rebanho de aves abatidas no estado de Santa Catarina (1970-1990)

Os dados que aparecem no Gráfico 03 estão atrelados ao abate de aves pela indústria. A atividade da produção de aves de corte representava, em 1970, quase que a totalidade da produção avícola do estado, sendo que 96% dos produtores eram integrados às indústrias que fornecem os insumos e assistência técnica à produção. Ademais, o Gráfico 03 aponta que em 1970 foram abatidas pouco mais de 3,3 milhões de cabeças, em 1990 esse total chegou a quase 368 milhões de cabeças. Uma das razões que pode ser considerada para explicar o crescimento substancial da produção de aves em Santa Catarina foi o fomento do mercado interno, sendo que, no período 1975-79, do total de carne de aves catarinenses exportado para outros estados, 32% foi para o Rio de Janeiro, 30% para São Paulo, 13% para Minas Gerais e 5% para o estado da Bahia (Epagri/Cepa, 1980). Desse modo, evidencia-se o crescimento no abate de aves (Gráfico 03), ligado aos planos de governo de substituição de importações e novos investimentos, desde um viés estratégico, no setor agropecuário como um todo.

De modo geral, o crescimento ocorrido no abate de aves no estado de Santa Catarina demonstra que a estrutura industrial desse setor estava aos poucos se aproximando do estado de São Paulo, que, até meados da década de 1970, era o estado que mais abatia aves no Brasil. De acordo com Espíndola (2002, p. 57), “somente a empresa Sadia ampliou a sua produção de 134.551 unidades abatidas em 1962 para 806.231 em 1967, o que traduz um crescimento no período de 599% e uma elevação anual de 475%”. Desse modo, houve um “boom” econômico-produtivo no setor de aves.

Essa expansão da avicultura em Santa Catarina, especialmente no Oeste do estado, está atrelada às instalações ocorridas na década de 1960, com novos padrões de galinheiros, métodos de manejo, alimentação e nutrição, vacinas e equipamentos, e regulamentação da importação de

galinhas reprodutoras (avós), através do decreto nº 55.981, de 1965. Junto desses fatores, a diminuição do poder de consumo da população brasileira nesse período impulsionou o consumo de outros tipos de carnes. A substituição, sobretudo da carne bovina pela carne de frango, serviu de incentivo para a instalação de novos abatedouros de aves (Espíndola, 2002). No quadro 01, é possível ter uma noção dos movimentos de implantação e aquisição de empresas ligadas ao setor avícola ocorridos em Santa Catarina nas décadas de 1970 e 1980.

Empresa	Ano	Movimento	Localização
Sadia	1973	Implantação de Frigorífico	Chapecó ¹⁷
	1978	Empresa Genética	Faxinal dos Guedes
Perdigão	1980	Aquisição de fábrica de rações	Catanduvas
M. Koerich ¹⁸	1973	Implantação de empresa	São José
Chapecó	1974	Instalação de unidade	Xaxim
Frigoplan	1973	Instalação de unidade	Lages

Fonte: Adaptado de Espíndola (2002)

Quadro 01: Movimentos ocorridos na indústria avícola do estado de Santa Catarina (1970-1980)

As empresas do quadro 01 que realizaram as referidas movimentações econômico-produtivas só conseguiram fazê-las em função da recuperação econômica resultada da implantação da correção monetária que, de acordo com Rangel (1985), trazia garantias às hipotecas, queda nas taxas de juros, criava um sistema de poupança e elevava os incentivos estatais e privados. Essas medidas impulsionaram a criação de um sistema de crédito ao consumidor, o que justificava a importância dos incentivos públicos e privados ao crescimento agroindustrial. O resultado disso foi a forte queda da taxa de inflação, que foi de 88,4% em 1963 para 15% em 1971. Junta-se à queda da inflação, no mesmo período, o crescimento industrial, que foi 0,2% para 12%. Além disso, Rangel (1985) destaca que a taxa de crescimento do setor alimentar foi de 9,1%, ou seja, acompanhou a esteira do crescimento econômico nacional.

No que se refere à produção de leite no Oeste catarinense, de acordo com relatório da Epagri/Cepa (1976), os índices de produtividade da pecuária leiteira eram muito baixos, pois o manejo da alimentação e o cuidado com os animais era deficiente. A qualidade sanitária era praticamente inexistente, sendo que o alto índice de doenças e pestes nos animais causava baixos índices de fertilidade, natalidade e produção do leite. Em 1975, a produção diária de leite por vaca no estado de SC era de 3 a 4 litros (Epagri/Cepa, 1976). No entanto, a gênese da produção leiteira no Oeste catarinense é decorrente do desenvolvimento de uma formação econômica e social baseada na pequena produção mercantil. Desse modo, além do Oeste catarinense, em todo Brasil meridional, tal como aponta Souza (2014), a produção de leite encontrava-se concentrada em áreas onde se desenvolveu a pequena produção mercantil. Ademais, o que antecedeu a pequena produção mercantil foi a agricultura e a pecuária de subsistência. Desse modo, muitos dos imigrantes que se instalaram no Oeste catarinense já vinham do RS com uma ou duas vacas de leite. Em muitos casos, esses animais eram presentes oferecidos pelos pais ou avós dos imigrantes que

¹⁷ A instalação da Sadia avícola em Chapecó contou com financiamentos do FUNDESC (Espíndola, 1999).

¹⁸ Iniciou os trabalhos abatendo 300 frangos/dia. Em 1976 passou a abater 3.000 frangos/dia (Espíndola, 2002).

se dirigiam às novas terras do Oeste catarinense, o que permitiu o sustento num momento inicial da colonização.

Neste sentido, Souza (2014) ressalta que, nas áreas onde se desenvolveu a pequena produção mercantil, com uma dinâmica econômica e social mais avançada do que nas áreas de latifúndio (como era o caso dos campos de Lages), a produção leiteira passou a fazer parte da vida cotidiana dos agricultores. Na década de 1950, o Oeste catarinense já contava com algumas pequenas cidades (Chapecó, Cruzeiro do Sul, Concórdia e outras) e inúmeras pequenas vilas (São Miguel do Oeste, São Carlos, Itapiranga, Xanxerê, São Lourenço do Oeste e outras), o que possibilitou a formação de um pequeno mercado consumidor do leite. A partir desse mercado inicial, surgiram as primeiras iniciativas para a transformação industrial do leite em produtos derivados (queijo, nata, requeijão, manteiga, leite em pó e outros). Essa lógica de processamento industrial da produção quebra a chamada reprodução simples do capital (MDM), na qual a Mercadoria gera Dinheiro, que gera mais Mercadoria, e passa para a lógica da reprodução ampliada do capital, ou seja, para um capitalismo mais desenvolvido (DMD'), no qual o Dinheiro gera Mercadoria, que gera mais Dinheiro (GONÇALVES, 2005).

Dessa forma, com o padrão de organização social e econômica predominante no Oeste catarinense, ou seja, a pequena produção mercantil, além da introdução de novas técnicas de produção, animais geneticamente melhorados e manejo das pastagens, estimulou-se a produção especializada, gerando maiores quantidades produzidas e, por consequência, tornou viável a instalação na região da indústria do leite. A indústria estimulou ainda mais a produção, ao mesmo tempo em que especializou o Oeste catarinense na região de maior produção leiteira do estado, intensificando, portanto, a divisão social e territorial do trabalho, tanto no estado de Santa Catarina quanto no Brasil.

Em função do fato de uma das características das regiões de pequena produção mercantil é a formação de diversas vilas e núcleos urbanos, até meados de 1960 o modelo industrial leiteiro implantado na região foi menos concentrado (SOUZA, 2014). Isso favoreceu a formação de uma bacia leiteira pujante, determinando uma peculiaridade regional para a indústria de laticínio que nascia, com a finalidade de atender à crescente demanda por leite e seus derivados, que iria além da região¹⁹.

A partir do momento em que a produção de leite passa a ser comercializada, serve como produto de geração de renda para os agricultores da região. Com isso, há uma significativa contribuição para a formação de uma dinâmica econômica de cunho local, sendo que, com o passar dos anos, vai além do local, o que é inerente e contribui para o desenvolvimento da economia mercantil da região. Neste sentido, Lênin (1985, p. 13) destaca que

O desenvolvimento da economia mercantil provoca um crescimento do número de ramos industriais distintos e independentes. Esse desenvolvimento tende a converter não só a fabricação de cada produto, mas a fabricação mesma de cada componente do produto num ramo industrial à parte [...].

¹⁹A partir de 1970, o Oeste catarinense passou a desempenhar papel de liderança estadual na produção de leite.

Desse modo, o surgimento da indústria do setor leiteiro no Oeste catarinense faz parte de um contexto de formação econômico-social no qual a industrialização passa a ser fator determinante à produção.

Soma-se a isso, o movimento brasileiro de expansão do setor industrial, que desencadeou numa parcela maior da população inserida no mercado de trabalho e, por consequência, no mercado consumidor. Junto disso, o Brasil passou a viver intensamente o processo de migração de pessoas do campo para a cidade, como consequência da oferta de emprego ocorrida no setor industrial. Esse movimento fez aumentar a demanda pelo leite e seus derivados (iogurtes, queijos, margarinas, natas, dentre outros). Neste sentido, no Gráfico 04, é possível analisar a evolução da produção de leite no estado de Santa Catarina, considerando o período que vai de 1970 a 1990.

Fonte: Epagri/Cepa (vários anos)

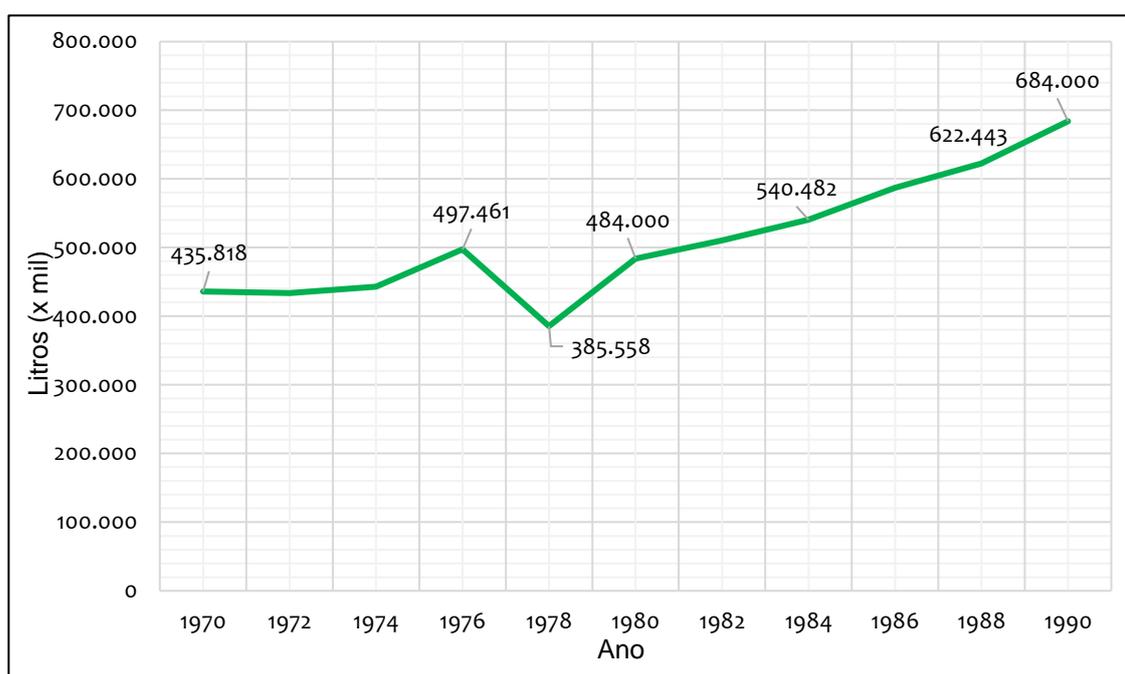


Gráfico 04: Evolução da produção de leite (em litros) no estado de Santa Catarina (1970-1990)

Conforme aponta o Gráfico 04, a produção de leite no estado de Santa Catarina teve um crescimento de cerca de 50% entre 1970 e 1990²⁰. De acordo com relatório da Epagri/Cepa (1980), a produção estadual de leite teve uma queda em 1978 (Gráfico 04), em função de fortes geadas e estiagem ocorridas no referido ano, especialmente na região Oeste do estado. Na ocasião, a interferência do clima culminou até mesmo no abate de animais, por falta de recursos para manutenção da alimentação em períodos secos e de intenso frio. A partir de 1980, as condições climáticas foram mais favoráveis, além de ter ocorrido aumento, como explicou-se anteriormente, do consumo de leite e derivados no Brasil. Dessa forma, as condições satisfatórias dadas pelo mercado possibilitaram a continuidade no aumento da produção de leite na década de 1980.

De acordo com relatório da Epagri/Cepa (1985), uma das dificuldades que os produtores de leite do Oeste catarinense encontraram foi a sazonalidade da produção, sendo que no inverno

²⁰ Somente a partir de 1970 há disponibilidade de dados por estado para análise nos relatórios da Epagri/Cepa e nas tabelas do IBGE.

a escassez de pastagens dificulta o mantimento de um bom nível de produtividade, para equilibrar com o período de verão, no qual há abundância de pastagens e alta produtividade. Essa questão foi agravada pela implicação nos preços do produto recebidos pelos agricultores. Ocorre que no verão, pelo aumento da produção, os agricultores recebem um preço reduzido pelo produto, ao passo que nos períodos de inverno os preços são mais elevados. Isso gera um desequilíbrio, ao invés de compensação, na renda obtida pelos produtores via atividade leiteira ao longo do ano, implicando na execução de outras atividades agropecuárias em concomitância com a atividade leiteira, para compensar as perdas geradas pela sazonalidade do produto.

Do ponto de vista técnico, para que houvesse um incremento na produção visando evitar as interferências da sazonalidade, o trabalho de extensão da Empresa de Pesquisa em Agropecuária do estado de Santa Catarina (Epagri) sugeriu aos agricultores, na década de 1980, algumas medidas, dentre elas estão: alimentação adequada o ano todo, controle dos rebanhos em níveis aceitáveis de doenças infectocontagiosas e parasitárias, exploração do leite a partir de um plantel especializado e adaptado à região de exploração, programação das parições das vacas, e programa de aproveitamento de animais (machos e fêmeas) de comprovado valor zootécnico no rebanho leiteiro (Epagri/Cepa, 1985). Com essas medidas, o estado passou a demonstrar crescimento no setor leiteiro, especialmente na região Oeste.

Em 1980, aproximadamente 20% do leite produzido no estado era industrializado (Epagri/Cepa, 1985). De acordo com a Epagri/Cepa (1990), em 1989, a região Oeste catarinense foi responsável por 45% da produção estadual de leite. Esse percentual foi aumentando no decorrer dos anos. A partir disso, outras empresas processadoras de leite, além das que já existiam, começaram a se interessar pelo potencial produtivo da região. Desse modo, a partir da década de 1980, questões como estratégias competitivas de custos e estratégias competitivas de inovação em produto começaram a nortear o setor leiteiro do Oeste do estado, onde concentrava-se a maior parte da produção. Isso foi fundamental para que novas empresas de processamento do leite escolhessem como local de instalação de suas plantas industriais essa região²¹.

Portanto, a partir da formação dos agronegócios, consolidaram-se diferentes segmentos produtivos que contribuíram significativamente o desencadeamento de tarefas de cunho industrial antes restritas às propriedades rurais em grau de complexidade menor. Essa evolução significou a geração e exploração de novos produtos e subprodutos. Esse cenário de formação e consolidação dos agronegócios do Oeste catarinense, dos anos 1940 até 1990, servirá de base para o cenário econômico-produtivo que se torna mais complexo na região a partir dos anos 2000.

²¹ A Piracanjuba que se instalou no município de Maravilha, por exemplo, elegeu a região para se instalar pelas razões citadas. Neste quesito, o Oeste catarinense desbancou Rio Verde (GO), que era o município que disputava a instalação de uma filial da referida empresa no decorrer dos anos 2000, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento e a análise sobre o processo histórico construído nas diferentes regiões de países continentais como é o caso do Brasil, mostra-se como fundamental para contribuir na compreensão da realidade atual. Por essa razão, esse texto objetivou investigar as características do processo de ocupação, o papel da pequena produção mercantil e a relevância dos agronegócios na estruturação da base produtiva da região Oeste catarinense entre as décadas de 1940 e 1990. Neste sentido, a partir desse texto será possível continuar as análises sobre a região em estudo em períodos mais recentes, tendo em conta que há uma base histórica publicada, analisada e sistematizada, a qual pode ser utilizada para estudos futuros.

Dentre os principais resultados que o artigo apresenta, pode-se destacar os seguintes: 1) trata-se de uma análise sobre a região Oeste catarinense, na qual a gênese do processo de ocupação realizada por imigrantes italianos e alemães, na sua maioria, ocorreu acompanhada do desenvolvimento da pequena produção mercantil, o que, para LÊNIN (1985), é fundamental no desenvolvimento do capitalismo; 2) a pequena produção mercantil forneceu as bases, principalmente entre 1940 e 1960, para o início da circulação de capital e mercadorias na região, numa relação vizinhal-local, em um primeiro momento; 3) Esse sistema se desenvolveu e se espalhou “pelos quatro cantos da região Oeste catarinense”, passando a ocupar lugar na divisão estadual do trabalho, como a região que mais se desenvolveu no setor agroalimentar; 4) ocorreu intenso processo de incorporação de técnicas melhoradas nos processos produtivos, bem como a intervenção do Estado via injeções de crédito para o desenvolvimento dos setores produtivos; 5) desencadeou em diferentes agronegócios especializados (leite, frango, suíno, bovino de corte, soja, milho, trigo, dentre outros), com alta capacidade de incorporação tecnológica nos processos produtivos, uma base de estrutura produtiva que se formou na região.

Em que pese a importância desses cinco pontos que sintetizam os resultados do texto, é válido inferir que desde o processo de ocupação, paralelamente ao desenvolvimento dos diferentes agronegócios, ocorre um processo de concentração da produção, de especialização da produção e de formação de aglomerações econômicas em áreas estratégicas para a atuação de diferentes grupos empresariais na região. A década de 1990, neste sentido, exerceu papel fundamental, pois com a abertura econômica e com as políticas neoliberais ocorreu um intenso processo de fusões e aquisições de inúmeras pequenas empresas do setor de alimentos, mas também de outros setores, que faziam parte do espectro produtivo regional.

REFERÊNCIAS

BELIK, Walter. 1992. Agroindústria processadora e política econômica. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP).

CAMPOS. I. 1987. Os colonos do Rio Uruguai: relação entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense. Dissertação (Mestrado), Campina Grande: UFPB.

CHANDLER, A. 1998. Ensaios para uma teoria histórica da grande empresa. Org. Thomas K. McCraw. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

CHOLLEY, A. 1964. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In: Boletim Geográfico, ano XXII, n. 179 mar/abr, CNG/IBGE.

- CONTINI, E. Et al. 2006. Evolução recente e tendências do agronegócio. Revista de Política Agrícola, Brasília, CONAB, ano XV, n. 1, jan.fev.mar. p. 528. <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/475>
- EPAGRI/CEPA. 1976-2018. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina. Síntese Anual da Agricultura Catarinense. http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_1976.pdf
- ESPÍNDOLA, Carlos José. 1999. As Agroindústrias no Brasil: o caso Sadia. Chapecó: Grifos.
- ESPÍNDOLA, C. J. 2002. As Agroindústrias de Carne do Sul do Brasil. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. FFLCH/USP.
- ESPÍNDOLA, C. J. 2016. As duas macroformações socioespaciais do Sul do Brasil na gênese da indústria de carnes. Ensaios FEE (online), v. 37, p. 715-738.
- GONÇALVES, J. S. 2004. Carmas da questão agrária: movimentos sobre falsos dualismos gerando falsos paradigmas. Informações Econômicas, SP, v.34, n.7, p. 4144.
- GONÇALVES, J. S. 2005. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. Informações Econômicas, SP, v. 35, n. 4, abr., p. 735. <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>
- GOULARTI FILHO, Alcides. 2001. Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina. (Tese de doutorado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.
- GOULARTI FILHO, A. 2016. A formação econômica de Santa Catarina. 3 ed. Florianópolis: Ed. UFSC.
- GRAZIANO DA SILVA, J. 1998. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2 ed. Unicamp.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. 1998. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp/IE.
- GRIGGS, R. P. E. 1974. A madeira em Santa Catarina (1930-1970). Curitiba: UFPR.
- IBGE. 1974-2017. Produção Pecuária Municipal. 1994-2018. Rio de Janeiro: IBGE. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>
- JANK, M. S. 2005. Agronegócio versus Agricultura Familiar? O Estado de São Paulo, 05/07/2005, p. A2.
- LÊNIN, V. I. 1985. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. São Paulo: Nova Cultural.
- MAMIGONIAN, Armen. 1958. Habitat rural e urbano. In: SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Atlas Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: IBGE/DEGC.
- MAMIGONIAN, A. 1999. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: O mundo que o português criou. Recife: CNPq/Fjn.
- MAMIGONIAN, A. 2000. Capitalismo e Socialismo em Fins do Século XX (Visão Marxista), mimeo.

MARX, Karl. 1989. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1. Vol I. 13ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MORAES, C. de. 2018. Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste catarinense (1880/1940). (Tese de doutorado) Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro, São Paulo.

MÜLLER, G. 1986. A economia política do CAI. Anais do congresso brasileiro de economia e sociologia rural, Lavras, n. 26.

PELUSO JUNIOR, V. A. 1952. O relevo do estado de Santa Catarina. Florianópolis: IBGE/CNG/DEGC, série 1, n. 3.

PERTILE, N. 2008. Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91823>

RANGEL, Ignácio. 1985. Economia: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Zahar.

RANGEL, I. 1990. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. São Paulo: Bial.

SCHUMPETER, J. A. 1961. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura.

SOUZA, Joel J. 2014. O complexo agroindustrial de laticínios no Brasil: o caso da Região Sul. Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós graduação em Geografia, Florianópolis. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128702>

VON DENTZ, E. 2019. Do complexo rural ao complexo agroindustrial no Oeste de Santa Catarina. Anais del XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Quito, Equador. 890 páginas, p. 134.

VON DENTZ, E. 2022. A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense: dos agronegócios à complexidade econômica regional. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis. 484f. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234816>

WAIBEL, Leo. 1979. Capítulos de geografia tropical e do Brasil, 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE.

DEL PROCESO DE OCUPACIÓN A LOS AGRONEGOCIOS: TRANSFORMACIONES EN LA ESTRUCTURA ECONÓMICO-PRODUCTIVA DEL OESTE CATARINENSE, BRASIL (19940-1990)

Resumen: El proceso de ocupación de la región Oeste catarinense comenzó en las primeras décadas del siglo XX y si consolidó en la segunda mitad del mismo siglo. Entre 1940 y 1990 muchas transformaciones sucederán en la estructura económico-productiva de la región, que servirán de base para la formación y consolidación de las cadenas productivas de diferentes agronegocios de origen animal y vegetal. El objetivo del presente artículo es investigar las características de esto proceso de ocupación, el papel de la pequeña producción mercantil y la importancia de los agronegocios en la estructuración de la base productiva de la región Oeste catarinense. Si tiene como combinación del proceso, la génesis del proceso de ocupación acompañada por el

desarrollo de la pequeña producción mercantil. Con eso, ocurrió la práctica de relaciones comerciales locales, que más tarde evolucionó para relaciones comerciales regional, nacional y internacional. El papel del progreso técnico y de los recursos investidos por el Estado fueron fundamentales para el desarrollo de la estructura productiva regional.

Palabras clave: Proceso de ocupación; Agronegocios; Estructura productiva; Oeste catarinense.

FROM THE PROCESS OCCUPATION TO AGRIBUSINESS: TRANSFORMATIONS IN THE ECONOMIC-PRODUCTIVE STRUCTURE OF WEST CATARINENSE, BRAZIL (1940-1990)

Abstract: The occupation process of the western region of Santa Catarina began in the first decades of the 20th century and consolidated in the second half of the same century. Between 1940 and 1990 occurred many transformations in economic-productive structure of region, which will serve as a basis for the formation and production chain of the different agribusiness of animal and plant origins. The objective this article is investigate the characteristics of the occupation process, the role of the small mercantile production and the relevance of agribusiness in the structure productive in the base of West region of Santa Catarina. The combination of this process, the genesis of occupation process accompanied, through the development of small mercantile production. With this, the practice of local commercial relations advanced for regional, national and international commercial relations. The role of technical progress and the resources spent by the State were fundamental for the development of the regional productive structure.

Key words: Occupation process; Agribusiness; Productive structure; West catarinense

RECEBIDO EM: 17/08/2022

ACEITO EM: 07/12/2022